





RELATÓRIO FINAL

PROJETO CONEXÃO LOCAL

Porto Digital

Estudantes: Débora Prata Pereira

Lina Horiguchi

Supervisor: Rene Fernandes

Localidade: Recife (PE)

Agradecimentos

A equipe de pesquisa do Projeto Conexão Local que visitou o Porto Digital, em 2009, agradece a todas as pessoas que contribuíram de alguma forma para o nosso trabalho.

Agradecemos às pessoas do Porto Digital, por terem concedido informações preciosas, seu tempo e dedicação a nós. Somos gratos em especial ao AméricoAmorim, Antônio Valencio, Aurélio Molina, Celso Perez, Cláudio Marinho, Cristiano Andrade, Eiran Simis, Fabio Silva, Francisco Saboya, Geber Ramalho, Guilherme Calheiros, Ismar Kaufman, José Carlos Cavalcanti, José Cláudio de Oliveira, Leonardo Guimarães, Marcos Suassuna, Silvio Meira, Yves Nogueira e toda equipe do Núcleo de Gestão do Porto Digital.

1. Introdução

Conexão Local é um programa que faz parte do PIP – Programa de Iniciação à Pesquisa do FGV e visa estimular o interesse e o envolvimento de estudantes de graduação da FGV-EAESP em experiências inovadoras de gestão pública e de desenvolvimento econômico local, com enfoque nas áreas de políticas públicas, combate à pobreza e promoção da cidadania.

O Programa foi criado em 2005 com iniciativa do Centro de Estudos em Administração Pública e Governo (CEAPG) e, em 2009, o Centro de Empreendedorismo e Novos Negócios (CENN) juntou-se ao programa. Como uma iniciativa de sucesso referente a política pública e empreendedorismo foi escolhido o Porto Digital. Um projeto inovador que merece estudo mais aprofundado.

O Porto Digital é um Arranjo Produtivo Local (APL) de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) com foco no desenvolvimento de software. O programa tem como objetivo promover o desenvolvimento econômico e social local através de TIC. A iniciativa está localizada em Recife-PE e abrange a área da Ilha do Recife, onde estão instaladas as 120 empresas de tecnologia do Porto Digital. Atualmente, o Porto Digital é um dos principais pólos de tecnologia do Brasil, sendo que o setor de tecnologia que representava apenas 0,8% do PIB de Pernambuco em 2000, quando o Porto Digital nasceu, passou para 4,8% em 2008, demonstrando sua importância para a região.

A seguir, será exposto o contexto em que surgiu o Porto Digital, os objetivos desta política pública, quem ela busca atender e os beneficiados desta iniciativa. Será abordada também a estrutura em que o Arranjo Produtivo esta apoiado, as principais atividades desenvolvidas no local e as principais instituições que colaboram para a existência do APL. . Serão também apresentados os recursos necessários para a instalação da política pública, os principais resultados alcançados a partir da estratégia traçada e os desafios encontrados até o momento.

2. Histórico

O Porto Digital nasceu em um ambiente propício para o seu sucesso, que foi construído no decorrer do tempo, desde a década de 60.

No final dos anos 60, existiam duas empresas significantes em Pernambuco, IBM e Borus. Estas empresas utilizavam maquinário de tecnologia, mão de obra qualificada e serviços em geral. Para isso, havia a formação de técnicos a fim de preencher esta necessidade.

Entre a década de 70 e 80, a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) ofereceu bolsas de estudos para a realização de mestrado e doutorado fora do país. Estes alunos se comprometeram a voltar para a universidade após o término do curso e construir um centro de formação para transferir estes conhecimentos a outros estudantes. Em 1973, a UFPE passou a oferecer o curso de mestrado em informática, ministrados por aqueles que haviam estudado fora do país. Em 1975 foi formado um curso bacharelado nesta mesma área. Tal situação foi particular, pois, ao invés de pensar na formação imediata de massa de mão de obra, montando um curso em graduação, pensou-se no resultado a médio prazo.

Nos anos 80, duas grandes empresas demandavam tecnologia da informação de ponta, a rede varejista Paes Mendonça, que possuía uma logística sistematizada e um banco de dados de consumo dos produtos, e o Banorte, primeiro banco do Brasil a digitalizar suas redes, fazendo com que o cliente fosse cliente do banco e não da agência. Este último, por sua modernização e vantagem competitiva, foi comprado pelo Banco Bandeirantes nos anos 80, impondo um outro sistema de operação. Este processo, além de significar um retrocesso para o Banco, resultou em corte de pessoas altamente qualificadas. Estes desempregados, que formavam um tecido de pessoas inovadoras, abriram pequenas empresas de Informática, aumentando significativamente o número de empresas de serviços. Recife tornou-se um centro de serviços para mercados de fora e, com a formação de capital humano, desde os anos 60, as empresas locais foram ganhando fôlego e musculatura. Simultaneamente à criação de empresas, estava sendo criado um mercado para inovação através da forte relação entre a UFPE e as empresas.

Paralelamente a este processo, surgiram ações de apoio ao surgimento de novas empresas. No Instituto de Tecnologia de Pernambuco, foi criada a primeira incubadora do estado, a Incubatepe¹ a fim de estimular os empreendimentos em informática. Entre 1994 e 1995 foi criado o Programa Brasileiro de Softwares para Exportação (SOFTEX) com o intuito de concentrar as empresas desse setor e, um dos núcleos deste programa, foi implantado no Recife. O SOFTEX foi também uma forma de institucionalizar as empresas da região e possibilitar o networking entre elas.

Mesmo diante deste tecido, 50% a 75% das pessoas formadas migravam para outras regiões com melhores ofertas de emprego e desenvolvimento profissional, ou seja, havia fuga da mão de obra qualificada e, como conseqüência, não havia o retorno esperado sobre o capital investido na capacitação. Como forma de reagir a esta fuga e reter os estudantes qualificados, em 1996, criou-se o C.E.S.A.R. (Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife) na UFPE. O C.E.S.A.R. nasceu como uma incubadora de projetos que tinha como desafio atrair projetos complexos a fim de manter as expectativas de formandos, segurar o capital humano na região, atrair empresas de TI e, por conseqüência, desenvolver a região, o engajamento das pessoas e o empreendedorismo local. Ao longo do tempo, o C.E.S.A.R. agregou atividades em seu nucleo, deixando de ser apenas uma incubadora, mas também gestora de projetos de TI com a criação de soluções para atender as demandas do mercado.

-

¹ Incubadora de Empresas de Base Tecnológicas do Estado de Pernambuco

Nesse ambiente propicio para o desenvolvimento de TIC, os acontecimentos ocorriam de forma dispersa: o C.E.S.A.R. gerava projetos inovadores, a Universidade Federal de Pernambuco formava profissionais bem qualificados, outras universidades com curso de informática surgiam enquanto não havia interligação com outros atores. Necessitava-se de maior articulação das ações que ocorriam na região, ou seja, verticalizar os diversos grupos de interesses que estavam fora do sistema e também potencializar o trabalho daqueles que já estavam no ambiente.

Em 1999, com a posse do governo de Jarbas Vasconcelos², um grupo suprapartidário coloca em pauta esta questão ao pensar em uma agenda do século XXI para Pernambuco e concluem que o avanço da economia estaria no investimento em TIC e inovação. Neste momento, três atores passam a ganhar destaque: Silvio Meira, criador do C.E.S.A.R e conhecido como um visionário da área de tecnologia; Cláudio Marinho, secretário de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente de Pernambuco e principal mediador político e; Fábio Silva, professor da UFPE, tido como transformador das idéias em projetos. Estes três atores começam a desenvolver um conceito de uma nova economia que interligasse os atores que estavam agindo de forma isolada. Necessitava-se de uma política pública de desenvolvimento econômico em tecnologia que tivesse em sua essência o conhecimento, a competência e conexões, gerando negócios inovadores e competitivos através das empresas de TIC. Este conceito foi concluído junto a outros personagens no ano de 2000. Desta forma foi criado o Porto Digital. Um Arranjo Produtivo Local, limitado por um espaço geográfico de 100 hectares, onde as empresas de TIC inseridas neste local usufruiriam de um ambiente de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si, com outros atores locais e instituições públicas ou privadas. Para a organização deste espaço, criou-se o Núcleo de Gestão do Porto Digital (NGPD) - uma Organização Social (OS)³ sem fins lucrativos que opera um contrato com o Governo Estadual para o desenvolvimento do setor de TI que objetiva fazer a gestão do ambiente e organizá-lo a fim de implementar os conceitos e as estratégias.

3. Objetivo

O objetivo de se criar um parque tecnológico no Recife foi de articular através de uma política pública as diversas iniciativas já presentes na região, pretendendo potencializar o setor de TIC, reter pessoas qualificadas e gerar uma política pública de sucesso, relevante para o desenvolvimento econômico da região. A forma como foi implementada a política pública favoreceu a todos os colaboradores, pois foi possível concentrar em um local físico conhecimento, competências e maior articulação entre as pessoas e instituições, gerando negócios inovadores, maior competitividade das empresas ali instalada e maior troca de recursos obtendo um processo de ganha - ganha para todos os participantes.

Para garantir o sucesso do Porto Digital foi adotada a estratégia de atrair empresas de todo o país com problemas relevantes, a fim de reter os profissionais qualificados e

² Jarbas Vasconcelos foi eleito duas vezes Prefeito do Recife, em 1985 e em 1992, e governador de Pernambuco de 1999 a 2006. Jarbas Vasconcelos contribuiu e o estimulou o setor de T.I. de Pernambuco, que considera como sendo a "indústria do futuro" e fundamental para a inserção de Pernambuco no mercado global.

³ Organização Social é uma qualificação dada às entidades privadas sem fins lucrativos (associações, fundações ou sociedades civis), que exercem atividades de interesse público. Esse título permite que a organização receba recursos orçamentários e administre serviços, instalações e equipamentos do Poder Público, após ser firmado um Contrato de Gestão com o Governo Federal.

motivá-los com problemas desafiadores, criando assim, um potencial setor como liderança da economia do estado, e ganho de escala necessário para tornar tal iniciativa sustentável e impulsionar este setor. Tornar o Porto Digital referência foi uma forma de evitar que a economia local circulasse apenas com o capital gerado nas próprias atividades do estado, ou seja, de empresas da região adquirissem os produtos ou serviços das empresas do Porto Digital; e fazer com que o mercado nacional – principalmente São Paulo – comprasse das empresas do Porto Digital, havendo captação de recursos para a região.

4. Justificativa

Os principais fatores que impulsionaram a adoção dessa política pública foram: emigração de pessoas qualificadas para outras regiões do país e do mundo, o sub-aproveitamento de recursos para gerar resultados significantes para a economia da região e a decadência de setores que lideraram a economia local, sem haver um setor forte o suficiente para liderar o desenvolvimento sócio-econômico da cidade, assim como do estado.

O investimento do governo estadual através da UFPE e o esforço de pessoas para adquirir conhecimento nos anos 60 visando o longo prazo não estava gerando o retorno esperado: geração de iniciativas relevantes e competitivas. Com a gestão do conhecimento através da formação de cursos de graduação em TIC, começou-se a formar pessoas muito qualificadas, inteligentes e preparadas para lidar com problemas complexos. Entretanto, com a venda das empresas locais mais relevantes, não havia demanda de produtos ou serviços complexos que necessitassem de mão de obra especializada. Percebe-se então que a academia estava muito mais desenvolvida que a própria economia da região. Por este motivo, esses profissionais emigravam para outros estados, como São Paulo, em busca de trabalhos mais desafiadores e complexos.

Além disso, mesmo com um ambiente favorável ao desenvolvimento tecnológico, a dinâmica do setor se dava de forma pontual, não havia escala para tornar as atividades sustentáveis e relevantes. Dessa maneira, um dos motivos para a criação do CESAR foi o de retenção de pessoas qualificadas, mas não tinha porte o suficiente para reter toda a mão de obra formada. Além disso, empresas eram criadas, mas não conseguiam se sustentar, pois não havia demanda para seus produtos na região.

O Porto Digital foi uma resposta a todos esses problemas: uma política pública empreendedora para agregar todas as atividades exercidas por diversos atores de forma equilibrada, sem haver vantagem de certos atores sobre outros, e concentrar este setor em um espaço físico de forma a proporcionar a criação de valor do setor através da interação intensa e constante desses atores, possibilitando a construção de um todo maior do que as partes. Assim, as empresas, o NGPD, as associações, o governo, CESAR e academia, juntas, criaram vantagem competitiva, ambiente favorável à inovação e conseguiram aumentar, de forma exponencial, a capacidade do setor na região em termos de atender demanda, de desenvolver produtos e serviços mais complexos e de criar empreendimentos sustentáveis.

5. Principais instituições colaboradoras

As principais instituições colaboradoras do Porto Digital são CESAR, UFPE e outras instituições acadêmicas, empresas de TIC, a SOFTEX, a ASSESPRO e o governo através da Secretaria do Estado da Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente.

O CESAR como centro de estudos e sistemas pretende desenvolver produtos e serviços inovadores, de forma a suprir as necessidades e desejos do mercado de forma diferente. Além disso, tem uma função de incubação de projetos e já realizou spin off de empresas bem sucedidas como a Pitang.

As associações SOFTEX e ASSESPRO – representantes das empresas de TIC, têm foco na competitividade dessas empresas a fim de torná-las referências no mercado, sendo que a SOFTEX tem um foco maior na formação e capacitação de pessoas através de treinamentos, e a ASSESPRO com foco maior nos empresários e empreendedores com o objetivo de fortalecê-los, de forma a dar uma visão aos negócios observando as necessidades do mercado potencial, demandas e viabilidade econômica.

A academia, através da UFPE e outras instituições acadêmicas, preocupa-se com a formação de seus alunos e a manutenção da qualidade dos cursos, assim como manter o interesse das pessoas nos cursos. Como foi descrito no histórico, Recife teve um período em que se formavam pessoas para que elas fossem trabalhar fora do estado. Tal fato inibiu as pessoas a terem interesse nos cursos relacionados a TIC, seja pela dificuldade, seja pela perspectiva de desemprego. Com a criação do Porto Digital, houve maior estímulo para as pessoas entrarem nos cursos na UFPE.

O governo estadual foi e é fundamental para esta iniciativa e sua participação está diretamente relacionada com os interesses públicos. Um dos fatores determinantes para a escolha do bairro do Recife antigo como local físico do Porto Digital foi a necessidade de revitalização desta área. O bairro do Recife se encontrava decadente desde a saída do setor açucareiro, já que a região era muito dependente destas empresas que haviam migrado para outras áreas. Desta forma o Porto Digital foi uma alternativa para o desenvolvimento do bairro antigo. O intuito de concentrar as empresas de TIC no bairro do Recife tinha também a intenção de revitalizar a favela localizada nas proximidades. Além disso, ali está localizado o marco zero, dando maior significado para o Porto Digital, o que ajuda a formar a sua identidade.

O investimento público foi destinado para financiar a estrutura necessária para o funcionamento do APL. Foi investido na aquisição de prédios para alocar o NGPD e as primeiras empresas ali "embarcadas", na implantação de fibras óticas e revitalização dos prédios a serem utilizados de acordo com os requisitos do IPHAN.

A formação do NGPD como organização social teve como objetivo torná-la representante da gestão da política pública ali incentivada, levando em consideração os interesses dos diferentes atores: academia, governo estadual e empresas. Assim, o conselho do NGPD é formado por cadeiras representativas destes órgãos, fazendo com que a gestão dessa política pública considere os diversos interesses, fazendo o máximo para que esses sejam convergidos em um ponto comum em que todos saiam ganhando e fortaleça essa troca, o que inicialmente pareceria ser inviável. Também essa foi a solução encontrada para que tal iniciativa não se limitasse à gestão do governo naquele momento e pudesse se tornar uma política pública de estado, ou seja, que perdurasse ao longo do tempo, independente do partido e/ou interesse do cargo exercido em um determinado momento.

O governo estadual através das secretarias também tem um papel de consumidor de produtos e serviços oferecidos pelo Porto Digital. Exemplo disso é a possibilidade de

adquirir sistemas de segurança e a atividade educacional OJE – Olimpíada de Jogos Educacionais desenvolvida para a secretaria de educação. O problema inicial era a implantação de computadores nas escolas que não estavam sendo utilizados pelos alunos para fins educacionais (os alunos entravam no Orkut, MSN, jogos, entre outros). Assim, procuraram o NGPD para que fosse possível promover uma solução para este problema. O NGPD, como mediador, articulou diversas empresas no setor de jogos e através de um consórcio com seis empresas desenvolveram o OJE: jogo educacional voltado para os alunos do ensino fundamental e ensino médio que os desafia com enigmas e curiosidades aprendidas em aula. Isso faz com que os alunos interajam mais com os professores e a matéria ensinada, além de incentivar o interesse deles pela escola.

6. Público-alvo

O Porto Digital tem como público-alvo as empresas de tecnologia da informação e comunicação. Para atrair estas empresas, o Núcleo de Gestão do Porto Digital tem como objetivo principal a formação de um ambiente propício para atração e desenvolvimento destas. Dessa maneira, busca atributos tangíveis e intangíveis para a região ficar mais atrativa.

Como beneficios tangíveis o governo oferece isenção do IPTU de até 10 anos para empresas que revitalizaram um imóvel decadente e a redução de ISS de 5% para 2%. O NGPD oferece um Programa Juro Zero que combate um dos principais problemas do setor de tecnologia: a obtenção de financiamento por falta de garantias reais. Além disso, existe incentivo para a capacitação humana: a cada R\$ 1,00 que a empresa investe na capacitação de seus funcionários, o NGPD investe mais R\$ 1,00. Como benefício intangível, a iniciativa oferece a marca "Porto Digital" para que as empresas que estejam ali instaladas possam utilizar a marca como um sinônimo de tecnologia e inovação. A divulgação da marca permite também que as empresas da ilha ganhem visibilidade e credibilidade pelo seu trabalho. Além disso, ao se instalarem dentro do APL, as empresas passam a ter acesso a um networking valioso dentro do setor.

7. Público beneficiário

O público beneficiário do Porto Digital são tanto as empresas público-alvo, por receberem inúmeros benefícios para se manterem na região, como outros atores que indiretamente são beneficiados pelo projeto.

No geral, a sociedade como um todo é beneficiada, pois, o programa promove desenvolvimento econômico e social, beneficiando outras empresas que não são propriamente de TIC, mas que por estarem instaladas na região, beneficiam-se do ambiente. É o caso dos restaurantes, shoppings, bares e o comércio em geral existente na ilha. Além disso, o bairro do Recife antigo é beneficiado pela iniciativa de revitalização, já que este se encontrava em estado decadente antes da existência do Porto Digital.

Os alunos de informática são beneficiados à medida que possuem um lugar para trabalhar que corresponde as suas expectativas profissionais, possuindo problemas complexos o suficiente para mantê-los no Recife. As próprias universidades são favorecidas pelo interesse dos alunos em TIC, possibilitando que elas ofereçam outros cursos nesta área.

8. Principais atividades

O Núcleo de Gestão do Porto Digital possui algumas funções principais: atrair novas empresas para o Arranjo Produtivo, melhorar a situação das empresas já presentes no Porto Digital e, articular o interesse dos atores envolvidos.

Para isto, uma de suas atividades, é realizar projetos dentro do NGPD objetivando melhor atender a demanda das empresas de TIC, das empresas parceiras do PD e do estado como um todo. Por exemplo, existe o Projeto de Certificação de Origem (INPI) que conta com a criação de um selo de qualidade para as empresas que estão instaladas no Porto Digital, para tanto, as empresas terão que possuir certos atributos como qualidade e inovação. Tal certificação fará com que as empresas já existentes incorporem atributos e valores, ou seja, são induzidas a realizar melhorias permanentes, aumentando sua performance e facilitando o reconhecimento do mercado. O projeto ainda está em etapa de estudo e, se implantado, será a primeira região de empresas de serviços com denominação de origem no mundo.

Como articulador das necessidades dos atores envolvidos, o NGPD busca ser um intermediador entre empresas, governo e academia. Um exemplo atual é o OJE, Olimpíadas de Jogos Eletrônicos. O governo demandou um projeto de jogos educacionais, com foco no ensino médio, através de jogos virtuais que utilizam conhecimentos em sala para gerar jogos e a participação dos alunos. O NGPD buscou quais seriam as empresas certas para determinada demanda e acabou por escolher o Instituto de Tecnologia de Pernambuco (ITEP) para a formação deste jogo. Atualmente, mais de 18000 jogadores estão inscritos e a iniciativa já atraiu outros estados como Rio de Janeiro e Minas Gerais. O NGPD também orienta as empresas que chegam ao Porto Digital através do fornecimento de uma base de dados de imóveis disponíveis para alugar ou comprar. Normalmente, os donos dos imóveis que vão ao núcleo para falar sobre os imóveis disponíveis. Além disso, o núcleo orienta sobre o que é preciso fazer para conseguir os beneficios fiscais.

Existem ainda Programas de Responsabilidade Social que beneficiam jovens de baixa renda da comunidade local. Como resultados destes programas 160 jovens estão formados em cursos profissionalizantes (34 trabalhando nas áreas de suporte técnico, fotografia e vídeo, gerenciando seu próprio negócio); 100 jovens formados em Java e DotNet, 41 com emprego garantido; construção de uma biblioteca com acesso gratuito à internet; formação de oficinas de leitura com participação de 890 jovens de todas as idades.

Além disso, dentro do Porto Digital existem algumas organizações que lideram um ou vários aspectos da política praticada na região, as chamadas âncoras, que são fundamentais para o sucesso da iniciativa. Dessa maneira, paralelamente as atividades do NGPD, tem ainda a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente, o C.E.S.A.R, Centro de Informática da UFPE e o SOFTEX.

A Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (SECTMA) é o órgão do Governo do Estado de Pernambuco responsável pela definição e desenvolvimento da Política Estadual de Ciência e Tecnologia. O Porto Digital é uma das ações definidas nesta política e a SECTMA foi o primeiro e principal investidor público no Sistema Local de Inovação Porto Digital. Seu papel articulador e fomentador das ações de ciência e tecnologia fazem da SECTMA uma importante âncora do Porto Digital.

O C.E.S.A.R através da criação de produtos, processos, serviços e empresas usando TIC, destacou-se como principal âncora da iniciativa. Em treze anos de trabalho foi berço de dezenas de empresas e incubou vários projetos de inovação, levando a instituição de um faturamento de R\$ 12 mil em 1996 a R\$ 48 milhões em 2006. Desde sua inauguração, a instituição foi merecedora de uma série de reconhecimentos, entre eles, o Prêmio empresas mais inovadoras de modelo de negócios mais inovador, o Info200 de Melhor empresa de serviços de software, o prêmio FINEP de mais inovadora instituição de pesquisa do Brasil, a escolha da instituição como exemplo de criação de negócios pelo World Economic Fórum e uma menção honrosa no Stockholm Challenge.

O Centro de Informática da UFPE (CIn), um dos melhores centros acadêmicos de informática da América Latina, oferece cursos em ciência da computação. Diversas empresas do Porto Digital nasceram a partir de projetos de alunos do CIn.

O SoftexRecife (Centro de Tecnologia de Software para Exportação do Recife) tem hoje cerca de 50 empresas associadas e atua em parceria com o Porto Digital incentivando projetos de desenvolvimento de software para exportação.

Além das âncoras, outros atores intensificam a dinâmica do Porto Digital, como a ASSESPRO (Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação); Shopping Paço Alfândega, onde muitos negócios são fechados na hora do almoço, já que a maioria dos empresários almoça na Praça de Alimentação do shopping; Faculdade Boa Viagem; e atividade de comércio em geral.

9. Estrutura física

A região geográfica que demarca a região do Porto Digital é o Bairro do Recife, Recife – PE: uma ilha de 100 hectares com características históricas marcantes, datadas desde o início da colonização portuguesa no Brasil. Tal fato explica a existência de diversos monumentos tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) como o Forte do Brum, a primeira Sinagoga das Américas, Igreja do Pilar e Igreja da Madre de Deus.

A escolha da região por parte do Governo para instalar a política pública foi estratégica, pois houve a preocupação de revitalizar a região que estava decadente; revitalização da favela próxima ao Porto Digital e fazer com que a região ganhasse maior relevância econômica e comercial para a cidade.

A marginalização da região deu-se pela decadência do setor açucareiro para o mercado mundial, pois era no Bairro do Recife que funcionava o principal Porto de escoamento da produção da região nordestina (pela produção de açúcar e por ser o ponto mais próximo da Europa). Além disso, com o desenvolvimento da tecnologia nesse setor, o processo produtivo da cana - de - açúcar para o açúcar refinado passou a ser produzido nas próprias embarcações, fragilizando as empresas de armazenamento do produto. Dessa forma, a iniciativa do Porto Digital foi fundamental para o desenvolvimento econômico do bairro e fazer com que a região voltasse a ser importante.

Toda a região da ilha pôde ser usufruída por empresas, órgãos públicos e centros comerciais participantes do Porto Digital. O Núcleo de Gestão do Porto Digital em particular, como representante do Governo pela atuação da política pública, recebeu três prédios a fim de instalar a nova instituição e trazer a sustentabilidade desta por meio do

aluguel de prédios concedidos. Dessa forma, desde a formação do Porto Digital, o Governo concedeu o prédio que é a sede do Núcleo de gestão do Porto Digital e a sede do Centro de Estudos de Sistemas Avançados de Recife (CESAR). No final de 2005, também foi concedido o prédio do antigo BANDEPE.

Através dos prédios concedidos, o Núcleo de Gestão do Porto Digital consegue sustentar sua equipe e suas atividades sem depender de dotações orçamentárias específicas do governo do estado.

10. Estratégia do Porto Digital

As estratégias adotadas pelo Porto Digital podem ser divididas em quatro etapas visando atingir os objetivos do período referente a cada uma delas. Tais estratégias traçadas têm o NGPD como principal coordenador. O organograma do NGPD é dividido da seguinte maneira: o primeiro nível hierárquico definido por diretor presidente; diretor de projetos e diretor financeiro. O segundo nível hierárquico é composto por coordenadores de projetos, responsáveis pela comunicação e publicidade do Porto Digital, Administrativo e Financeiro, e manutenção. Os cargos executivos do NGPD são escolhidos pelo conselho, este formado por cadeiras representativas do governo estadual, UFPE e pelas empresas.

A primeira fase foi caracterizada pela formação do Porto Digital como um Arranjo Produtivo Local. Com a finalidade de colocar em prática uma política pública para tornar o setor de TIC um corpo mais organizado, com diferentes atores — Governo, Academia e setor privado. Dessa maneira, seria possível realizar suas devidas atividades de maneira coordenadas e que, juntas, pudessem atingir relevância e tornar-se referência de um trabalho em conjunto.

A iniciativa foi possível pelo fato de na época o estado ser governado por Jarbas Vasconselos e ter Claudio Marinho como Secretário da Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente, que foi o principal mediador político a fim de conseguir o investimento necessário para as idéias visionárias se tornassem realidade. A gestão do governador foi marcada pela tentativa de reverter a situação de Pernambuco, pois estado estava com muitas dívidas e, para pagá-los, estava havendo muitas privatizações. Assim, o governador procurou diversas alternativas para reverter a situação do estado como incentivar setores que teriam mais prosperidade que os setores líderes do estado até então como as commodities. O mandato do governador foi até 2006 quando renunciou ao cargo para disputar uma cadeira do senado federal.

O foco desta primeira fase foi o esforço para estruturar todo o APL, tendo como principal visionário Silvio Meira; Claudio Marinho (na época, Secretário de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente) como principal mediador político – essencial para a viabilidade financeira da iniciativa – e Fábio Silva, empreendedor que colocou em prática todo o planejamento como primeiro presidente do Núcleo de Gestão do Porto Digital. Além disso, muitos colaboradores ajudaram nesta fase a formatar o APL como José Carlos Cavalcanti – professor da UFPE, com um papel muito importante na formação de pessoas, Geber Ramalho que faz parte do CIN e desenvolve com seus alunos e ex-alunos jogos e aplicativos de games, Marcos Suassuna como consultor do NGPD, Amélia Reinaldo como urbanista, Leonardo Guimarães como arquiteto, e outras pessoas que apoiaram a iniciativa.

Após obter uma estrutura sólida do Porto Digital, buscou-se ganhar visibilidade e reconhecimento nacional pela atividade que estava sendo construída. Para tanto,

escolheu-se como presidente do NGPD Pier Carlo (ex-diretor comercial regional da TIM) a fim de promover o Porto Digital e a sua respectiva marca. A intenção foi realmente de chamar a atenção do mercado para o APL e mostrar que os produtos de origem do Porto Digital era de excelente qualidade e o valor proporcionado pelos produtos e serviços das empresas e instituições localizadas no Porto Digital era maior.

O terceiro momento do Porto Digital foi decisivo para obter a sustentabilidade do NGPD. Com a liderança de Valério Veloso, buscou-se formas de sustentar as atividades do NGPD sem depender da concessão de dinheiro público ou de instituições de fomento com aprovação de projetos (como a Fundação de Amparo à Pesquisa de Pernambuco – FACEPE). Assim, a sustentabilidade foi alcançada através da concessão do prédio do antigo BANDEPE e, com o aluguel de escritórios do prédio, além de salas de conferências, foi possível manter uma receita mensal que arcasse com as despesas do NGPD. Também foi na gestão de Valério Veloso que começou a ser formulado um planejamento estratégico para o Porto Digital, tendo o NGPD como intermediador dessa estratégia, com o intuito de melhorar a competitividade do APL, delegando responsabilidade e metas para diversas instituições como as empresas através das associações (ASSESPRO, SOFTEX e participação do SEBRAE como colaborador), governo (através da demanda das secretarias) e academia (formação técnica de pessoas por diversas faculdades e escolas técnicas).

A escolha de Francisco Saboya para presidência do NGPD foi estratégica, pois coincidiu com a troca de sucessão do governo do estado, este governado agora por Eduardo Campos. Também houve a reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva. Como as pessoas citadas são de partidos rivais ao de Jarbas Vasconcelos, foi necessário escolher uma pessoa neutra, que conseguisse manter relacionamento com os mais diversos públicos e interesses.

No momento atual, percebe-se um esforço em ganhar escala e auxiliar no desenvolvimento econômico do estado como um todo através da implantação de TIC em outros setores da economia. Para tanto, com o apoio do SEBRAE, foi mapeado diversos problemas do estado nos APLs de gesso, de vinho, de leite e de confecção, detectando diversas deficiências que podem ser solucionadas por TIC. Com os problemas mapeados, o NGPD está criando uma incubadora para alocar empresas potenciais especificamente para desenvolver produtos a fim de solucionar tais problemas mapeados e com potencial de mercado, ou seja, produto que possa solucionar problemas de diversas empresas em todo o Brasil. O tempo máximo de permanência dessas empresas iniciantes será de 1 ano e meio.

Também, nessa gestão pretende-se realizar um novo planejamento estratégico para 10 anos, tendo de superar o desafio ao projetar a situação do Porto Digital daqui a dez anos e construir uma visão condizente com esse contexto.

11.Recursos Financeiros

O capital inicial do Porto Digital foi um investimento feito pelo governo a partir da venda de uma estatal. Em fevereiro de 2000, o governo estadual vendeu a Companhia Energética de Pernambuco (CELPE) por R\$1,7 bilhões e, uma parcela desse dinheiro, R\$ 33 milhões, foi designada à construção do Porto Digital. Este investimento destinouse construção de dutos subterrâneos para linhas telefônicas e fibra ótica, em infraestrutura básica da região, na reforma do imóvel que hoje é a sede do NGPD e do prédio do antigo Banorte, que hoje é alugado para outras empresas.

Atualmente, a principal fonte de receita do NGPD provem do aluguel de três imóveis cedidos pelo governo. Estes recursos são utilizados para a manutenção do Núcleo de Gestão do Porto Digital, da sua equipe do NGPD e da implementação de alguns projetos. Atualmente, existe uma equipe de aproximadamente 30 pessoas, sendo que 12 a 15 pessoas são técnicos concentrados em gestão de idéias, administrativo e gestão de projetos.

Para o desenvolvimento do Porto Digital, o NGPD capta recursos através de editais lançados por iniciativas privadas e públicas, como Finep, CNPq, emendas parlamentares etc. Ou seja, o NGPD desenvolve projetos que irão concorrer pelo prêmio destes editais. No momento, o Núcleo está gerindo 15 projetos com um total de 20 milhões de reais.

12.Resultados

De um bairro decadente e marginalizado, a política pública revitalizou algumas áreas da região, atraiu empresas de TIC, melhorou a infra-estrutura do bairro e criou um espaço de sinergia entre todos os grupos de interesse, possibilitando um ambiente caracterizado mais pela colaboração do que pela concorrência, otimizando assim a desempenho dos atores envolvidas.

Através do investimento em marketing foi possível fortalecer a marca Porto Digital e atrair grande quantidade de empresas. De 3 empresas de TIC em 2000, o Porto Digital passou a ter 120 empresas do ramo até a metade de 2009. Além disso, a marca passou a ser conhecida como sinônimo de inovação, o que permitiu um reconhecimento nacional e geração de novos negócios. No início, as empresas ingressavam a iniciativa com o objetivo de beneficiarem-se dos incentivos fiscais. Hoje, a marca Porto Digital está consolidada de forma a fazer com que as empresas se instalem na região em busca destes benefícios intangíveis.

A maneira com que o conceito do Porto Digital foi formulado permitiu que ele fosse uma política pública do Estado e não do governo, ou seja, por ser caracterizado como uma Organização Social (OS), a continuidade do projeto é garantida independentemente das trocas de governo. Dessa maneira, o núcleo e seus projetos podem ser geridos sem a ajuda financeira e intervenções do governamental.

Desde sua implementação o setor de Tecnologia de Informação e Comunicação passou de 0,8% de participação do PIB para 4,8% em 7 anos, com uma taxa de crescimento acima de 10% ao ano, batendo 14% de 2007 para 2008.

Seu crescimento e visibilidade permitiram expandir seus negócios para outras regiões, tornando-se referência nacional como maior e melhor Parque Tecnológico do país (A.T.Kearney <u>- Global Management Consultants</u>, 2005) e o melhor habitat de inovação no país (Anprotec, 2007).

13.Desafios

O principal desafío a ser superado hoje pelo Porto Digital é o ganho de escala: já há bastante espaço no mercado, muitas empresas instaladas no Porto Digital (aproximadamente 120 empresas) e mais de 4000 colaboradores, mas esperam aumentar ainda mais o potencial de produção e captação de recursos por colaborador.

Os fatores que dificultam o aumento de escala são a limitação geográfica da ilha e a capacitação de pessoas qualificadas para atender a este crescimento. A criação do

Porto Digital minimizou este risco do empreendedor ao concentrar empresas do mesmo setor e ao criar incentivos para que as pessoas ficassem nessas empresas.

A limitação geográfica se dá pelo fato de o Porto Digital estar instalado em uma ilha de 100 hectares. Muito deste espaço já foi ocupado pelas empresas ali instaladas e outros espaços são ocupados por prédios decadentes que, para restaurá-los, é necessário: um investimento muito alto. Devem-se respeitar ainda as regras do IPHAN, pelo fato de este se preocupar com as características dos prédios a fim de não perder a história de Recife já que um prédio pode mostrar muito da história e da cultura de um lugar.

Por consequência, cria-se especulação imobiliária, encarecendo os imóveis; problema de trânsito e estacionamento, por não ter espaço o suficiente para os carros das pessoas que trabalham na região; falta de segurança, pois muitos funcionários andam sempre com laptops e microcomputadores, chamando a atenção de assaltantes. Para suprir a falta de espaço da ilha estão fazendo um estudo de ampliar o espaço do Porto Digital para fora da ilha que abrange o melhor modo de realizá-lo, assim como os benefícios e malefícios dessa expansão geográfica.

Além disso, para aumentar a escala, é necessário pessoas qualificadas. Para tanto, há uma tentativa de troca de informação constante entre as instituições (tanto escolas técnicas como faculdades) e as empresas do Porto Digital para que tais instituições criem cursos e formem pessoas para atender os requisitos das empresas.

Uma tentativa de curto prazo para aumentar a escala do Porto Digital é a atração de empresas de call centers. Os beneficios gerados serão o aumento de geração de empregos, ampliação dos produtos e serviços oferecidos pelas empresas do APL. Porém, são empregos que não necessitam de muita capacidade técnica, o que não gera muito desenvolvimento aos funcionários; não há espaço o suficiente na ilha e pode ser algo temporário, pois call centers em um futuro próximo poderá ser extinto pelas pressões da sociedade e por produtos substitutos. Por esses motivos, não é a principal forma de aumentar a escala, assim como o potencial de inovação para o Porto Digital.

Tendo isso em vista, a aposta estratégica a ser feita pelo Porto Digital a médio e longo prazo para aumentar a oferta de produtos e serviços do Porto Digital será de atender às necessidades de outros pólos tecnológicos a fim de ajudá-los a melhorar seus respectivos desempenhos em termos de gestão do negócio e aumentar a produtividade das empresas, além da criação de novas empresas para gerar serviços e produtos com mercados potenciais com a ajuda de incubadora que será criada pelo NGPD.

O aumento de escala fará com que o Porto Digital se torne uma potencial referência internacionalmente. Este fato fará com que o APL ganhe musculatura e aumente seu faturamento para que se auto sustente com maior facilidade e fortaleça as bases. O desafio entre os empreendedores do Porto Digital é de capacitá-los de modo a serem mais sensíveis ao mercado, ou seja, de conseguirem desenvolver produtos e serviços para demanda latente e que consiga tornar suas criações em um negócio e, por conseqüência, uma inovação já que esta só é possível se houver reconhecimento do mercado como tal. Também há o desafio de minimizar o conservadorismo (protecionismo do negócio) entre os empreendedores, pois dessa forma poderão vender mais e melhor seus produtos, além de aproveitar oportunidades (como formação de consórcios), ganhando maior escala.

14.Conclusão

Por meio da pesquisa em campo no Porto Digital (Recife – PE) foi possível confirmar e estudar em detalhes as variáveis determinantes para o sucesso do Porto Digital como uma política pública e como um exemplo de incentivo ao empreendedorismo e inovação.

O sucesso do Porto Digital deve-se ao incentivo da Universidade Federal de Pernambuco para a formação de doutores e mestres no exterior, além da motivação e interesse das pessoas e de empreendimentos em desenvolver o setor de TIC desde meados de 1960. Hoje, o Porto Digital é o resultado de algo que vem sendo construído há 40 anos por pessoas visionárias, interessadas em desenvolver a região com tecnologia, modernidade e desenvolvimento de pessoas.

A fim de alcançar esses resultados, doutores e mestres como Silvio Meira, Geber Ramalho, Marcos Suassuna, José Carlos Cavalcanti, foram estudar referências e casos de sucesso (como o Vale do Silício) e obter Know-How para implementar todas as inovações em Recife. Por este motivo, o Porto Digital é referência em inovação, em TIC, em jogos e em qualidade.

A participação de Claudio Marinho como mediador político foi essencial para que a iniciativa fosse possível. Além disso, como secretário da Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente, teve um papel essencial de como incentivar o desenvolvimento econômico da região através de TIC e mudar o foco econômico de commodity para um setor que visasse maior desenvolvimento das pessoas e que agregasse mais valor ao mercado.

Hoje, pólos de diversos setores e regiões têm como referência o Porto Digital como uma iniciativa de sucesso que possibilitou maior musculatura para o setor, sinergia entre todos os atores e um ganho maior que a junção das partes, só foi possível com essa união e concentração de esforços.

15.Anexos

15.1Incentivos à Inovação

15.1.1 Incentivos Nacionais

- Lei de Inovação incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo
- Lei do Bem estímulo a P&D nas empresas
- Lei de Informática beneficios fiscais para empresas que investem ao menos 5% do faturamento em P&D
- Imposto de Renda Redução de até 75%, para empresas de software do nordeste do Brasil.

15.1.2 Incentivos estaduais

■ ICMS (Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços) — Redução de 17% para 1%; para "softwares de caixa" e redução de 28% para 11% empresas de telemarketing e de outsourcing

15.1.3 Incentivos municipais

- ISS (Imposto Sobre Serviço) Redução de 5% para 2% para empresas de TI e outsourcing
- IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) redução ou isenção de até dez anos

16.Bibliografia

ALKAK Rustaml, Technology Business Incubators: Critical Determinants of Success

BRESLER Ricardo, SPINK Peter, BURGOS Fernando, AQUINO Mario, Atividade de Pesquisa e Formação de Gestores: A Contribuição do Projeto Conexão Local1

WIGGINS Joel, GIBSON David, Overview of US incubators and the case of the Austin Technology Incubator

Lei 9637, de 15 de maio de 1998 - Organizações Sociais

Disponível em: < http://www.ati.utexas.edu/ Acesso em: maio a outubro de 2009.

Disponível em: http://www.cesar.org.br/ Acesso em: maio a outubro de 2009.

Disponível em: http://www.olindadigital.org.br/ Acesso em: maio a outubro de 2009.

Disponível em: < http://www.portodigital.org/ Acesso em: maio a outubro de 2009.